

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA
ATA DE REUNIÃO

Dia: 6 de fevereiro de 2023

Horário: -

Local: Tribunal Superior do Trabalho

MEMBROS
PARTICIPANTES

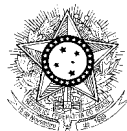
Ministro Luiz Philippe Viera de Mello Filho (Presidente da
Ministro Evandro Pereira Valadão Lopes
Ministra Morgana de Almeida Richa
Ministro Sergio Pinto Martins

EQUIPE DE APOIO

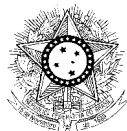
Renata Queiroz Dutra – Assessora GMVMF

PAUTA

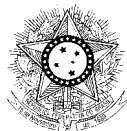
Assunto	Deliberações e Providências
Artigos selecionados para a Revista do TST, vol. 89, nº 1, jan./mar. 2023	<p>A Comissão procedeu à <i>avaliação dos artigos segundo os critérios qualitativos dos artigos</i>, considerando a clareza, argumentação, consistência teórica, pertinência temática, atualidade e inovação dos textos.</p> <p>Dentre os artigos recebidos, foram selecionados os textos abaixo listados:</p> <ul style="list-style-type: none">· (texto n. 1) “CLT: os desafios pós-80 anos”, de autoria de Paulo Sérgio João e Mario Luiz Ribeiro.· (texto n. 2) “CLT 80 anos uma análise dos direitos trabalhistas à luz do dever de proteção estatal e da sua (in)disponibilidade”, de autoria de Marecela Casanova Arena.· (texto n. 3) “80 anos da Consolidação das Leis do Trabalho no Brasil: fundamentos e perspectivas para uma codificação”, de autoria de Emiliano Cruz da Silva.· (texto n. 4) “Autoritarismo e formação do Direito do



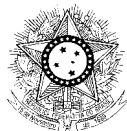
Assunto	Deliberações e Providências
	<p>Trabalho no Brasil até a CLT: do trabalho escravo ao trabalho análogo”, de autoria de Ilan Fonseca de Souza.</p> <ul style="list-style-type: none">· (texto n. 5) “Reflexos do avanço tecnológico no teletrabalho e os 80 anos da Consolidação das Leis do Trabalho”, de autoria de Alexandre Agra Belmonte, Viviane Lícia Ribeiro e Werner Keller.· (texto n. 6): “A extinção do contrato de trabalho por rescisão indireta em virtude de assédio moral: uma análise para além da CLT”, de autoria de Alberto Bastos Balazeiro, Theanna de Alencar Borges e Afonso de Paula Pinheiro Rocha.· (texto n. 7): “Os 80 anos da CLT, a globalização e os reflexos da LGPD nas relações trabalhistas”, de autoria de Patrícia Moura Monteiro Cruz e Larissa Rocha de Paula Pessoa.· (texto n. 8): “Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU e a jurisprudência do TRT-4: um estudo empírico”, de autoria de Antonio Nunes Pereira e Paulo Rodrigo de Lima.· (texto n. 9): “Da concretização da proteção convencional ao trabalhador marítimo da indústria do petróleo no Brasil: uma análise das convenções de saúde, conduta e segurança aquaviárias da Organização Internacional do Trabalho ante a normalização infralegal brasileira”, de autoria de Carlos Humberto Rios Mendes Júnior.· (texto n. 10): “Vínculo empregatício entre cônjuges e a teoria do capital invisível investido na maternidade”, de autoria de Adriana Brasil Wyzykowski, Bárbara Figueiredo, Renata Cerqueira, Tales Almeida e Vinícius Lacerda.· (texto n. 11): “A proteção ao trabalho da mulher: um comparativo entre a regulamentação da Fifa e o Direito do Trabalho brasileiro”, de autoria de Daniel Falcão e Leonardo Belloti.· (texto n. 12): “Reflexões sobre a organização coletiva de



Assunto	Deliberações e Providências
	<p>influenciadores digitais: reconhecimento, sofrimento e o lugar das plataformas digitais na experiência de trabalho”, de autoria de Caio Afonso Borges.</p> <ul style="list-style-type: none">· (texto n. 13): “Audiências presencial e telepresencial: o acesso à justiça à luz da Resolução nº 481/2022 do CNJ”, de autoria de Morgana de Almeida Richa.· (texto n. 14): “A prática de quitação geral em acordo trabalhista como vedação do acesso à justiça”, de autoria de Valdete Souto e Bruna Barbosa.
<p>Implementação do sistema de avaliação cega entre pares, por meio de pareceristas externos, para a Revista do TST, a partir da edição 89/2 (abr./jun. 2023)</p>	<p>Senhores Ministros e Senhora Ministra,</p> <p>De ordem do Ministro Vieira de Mello Filho, apresento demanda para deliberação dessa Comissão: implementação do sistema de avaliação cega entre pares, por meio de pareceristas externos, para a <i>Revista do TST</i>, a partir da próxima edição da Revista.</p> <p>A proposta é que essa Comissão delibere nesse espaço virtual, mas, caso algum dos membros entenda necessária a reunião presencial, essa demanda será respeitada. Nesse caso, solicita-se a indicação de datas para a realização do encontro.</p> <p>Eis a proposta:</p> <p>Considerando a necessidade de qualificar o perfil acadêmico da revista, para efeito de avaliação Qualis, conforme encaminhado pela última gestão da CDOC e também pela área técnica responsável, apresentamos a proposta de implementação do sistema de avaliação cega entre pares, por meio de pareceristas externos, para a <i>Revista do TST</i>, a partir da próxima edição da Revista (vol. 89/2, abr./jun. 2023). Para tanto, sugere-se o rol de doutores/doutoras abaixo, todos/as docentes de Universidades Públicas Federais/Estaduais, em regime de dedicação exclusiva, com produção científica relevante em suas respectivas áreas, que podem ser convidados/as para desempenhar essa função a título eventual e gratuito. Nesse perfil, entende-se contemplado o reforço do caráter acadêmico da publicação e, com a restrição a profissionais dedicados exclusivamente à Universidade, evitam-se possíveis conflitos de interesse. Foram observadas, nas sugestões, critérios de gênero, raça, diversidade de áreas de pesquisa e representatividade regional. Nessa listagem preliminar, a maioria dos nomes é do campo do direito, incluindo especialistas nas áreas de direito do trabalho, direito previdenciário e processo do trabalho, mas há também nomes da economia do trabalho, da sociologia do trabalho e da teoria e da história do</p>



Assunto	Deliberações e Providências
	<p>direito, que podem atender em caso de submissões de artigos com esse perfil.</p> <p>UFBA Profa. Dra. Adriana Wyzykowski (direito civil e direito do trabalho) Prof. Dr. Lawrence Mello (direito do trabalho) Profa. Dra. Isabela Fadul (direito do trabalho) Prof. Dr. Vitor Filgueiras (economia do trabalho) Profa. Dra. Selma Cristina de Jesus (sociologia do trabalho)</p> <p>UFC Profa. Dra. Ana Virgínia Gomes (direito internacional do trabalho)</p> <p>UFPE Profa. Dra. Regina Stela Vieira (direito do trabalho, ênfase em gênero e cuidado) Profa. Dra. Juliana Teixeira (direito do trabalho e processo do trabalho)</p> <p>UFPB Prof. Dr. Maurício Rombaldi (sociologia do trabalho) Profa. Dra. Ana Lia Almeida (Teoria do Direito)</p> <p>UFERSA Prof. Dr. Rafael Cabral (história do direito)</p> <p>UNB Prof. Dr. Antonio Escrivão (direito do trabalho e processo do trabalho) Profa. Dra. Érica Teixeira (direito do trabalho e previdenciário) Prof. Dr. Ricardo Festi (sociologia do trabalho) Profa. Dra. Gabriela Delgado (direito do trabalho) Profa. Dra. Renata Dutra (direito do trabalho) Prof. Dr. Wilson Theodoro (direito do trabalho e processo do trabalho) Prof. Dr. Erlando Reses (Educação/sociologia do trabalho) Prof. Dr. Emílio Facas (Psicologia do Trabalho)</p> <p>UFMG Prof. Dr. Pedro Nicolli (direito do trabalho, ênfase em gênero e cuidado) Profa. Dra. Livia Miraglia (direito do trabalho, ênfase em trabalho escravo) Prof. Dr. Gustavo Sefferian (direito do trabalho, ênfase em ambiental)</p> <p>UFOP Prof. Dra. Flávia Máximo (direito do trabalho e previdenciário, ênfase em decolonialidade)</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Assunto	Deliberações e Providências
	<p>UFRJ Profa. Dra. Renata Versiani (direito do trabalho)</p> <p>UFF Profa. Dra. Carla Apolinário (direito do trabalho e criminologia) Profa. Dra. Gabriela Caramuru (direito do trabalho)</p> <p>UFES Prof. Dr. Cláudio Janotti (direito do trabalho e processo do trabalho)</p> <p>USP Profa. Dra. Julia Lenzi (direito do trabalho e previdenciário)</p> <p>UNICAMP Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante (sociologia do trabalho) Profa. Dra. Bárbara Castro (sociologia do trabalho) Profa. Dra. Andreia Galvão (ciência política) Profa. Dra. Selma Venco (Educação/sociologia do trabalho)</p> <p>UFPR Profa. Dra. Maria Aparecida Bridi (Sociologia do trabalho)</p> <p>O Ministro Vieira de Mello solicita manifestação dos Senhores Ministros a respeito: 1) Da implementação do novo sistema de avaliação; 2) Do rol preliminar de pareceristas, sem prejuízo da agregação de outros nomes posteriormente.</p>

Brasília, 6 de fevereiro de 2023.

**LUIZ PHILIPPE
VIEIRA DE MELLO
FILHO:33923**

Assinado de forma digital por LUIZ PHILIPPE
VIEIRA DE MELLO FILHO:33923
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade
Certificadora da Justiça - AC-JUS,
ou=09461647000195, ou=Presencial, ou=Cert-
JUS Magistrado - A3, ou=PODER JUDICIARIO,
ou=MAGISTRADO, cn=LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE
MELLO FILHO:33923
Dados: 2023.05.25 19:37:12 -03'00'

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Presidente da Comissão de Documentação e Memória



PODER JUDICIÁRIO

**EVANDRO PEREIRA
VALADAO**

LOPES:39444
Ministro Evandro Pereira Valadão Lopes

Assinado de forma digital por EVANDRO PEREIRA VALADAO LOPES:39444
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora da Justica - AC-JUS, ou=07594418000113, ou=Presencial, ou=Cert-JUS Magistrado - A3, ou=PODER JUDICIARIO, ou=Magistrado, cn=EVANDRO PEREIRA VALADAO LOPES:39444
Dados: 2023.06.02 18:31:44 -03'00'

**MORGANA DE
ALMEIDA
RICHA:65097**

Ministra Morgana de Almeida Richa

Assinado de forma digital por MORGANA DE ALMEIDA RICHA:65097
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora da Justica - AC-JUS, ou=32136422000185, ou=Presencial, ou=Cert-JUS Magistrado - A3, ou=PODER JUDICIARIO, ou=Magistrado, cn=MORGANA DE ALMEIDA RICHA:65097
Dados: 2023.06.02 18:31:44 -03'00'

Ministro Sergio Pinto Martins